



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC): A GÊNESE DO NARCOTERRORISMO NO BRASIL

Paulo Tarso Mascarenhas Pedreira\*  
(UESB)

José Rubens Mascarenhas de Almeida\*\*  
(UESB)

### RESUMO

Nesse artigo pretendemos avaliar, sob a égide da categoria terrorismo, o *modus operandi* da facção *Primeiro Comando da Capital*, buscando entender quais elementos contribuíram para o surgimento e consolidação do grupo – fenômeno que ocorreu em um contexto de relações assimétricas, dentro da complexa organização sócio-capitalista do Estado de São Paulo, que teve (e ainda tem) a violência física e ideológica enraizada a sua história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Primeiro Comando da Capital. Terrorismo. Narcoterrorismo.

### INTRODUÇÃO

Atualmente não existe uma definição comum que conceitue o terrorismo. Esse termo provém da palavra terror (do latim, *terrere*), que denota assustar, causar medo. Seu significado e uso vêm mudando ao longo da história, sendo influenciados pelos múltiplos processos históricos, mostrando-se cada vez mais

---

\*Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; compõe o quadro de pesquisadores do GEILC – Grupo de Estudos de Ideologia e Lutas de Classe. E-mail: paulotarsohistoria@hotmail.com.

\*\* Orientador. Doutor em Ciências Sociais pela PUCSP; docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, ambos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Coordenador do GEILC – Grupo de Estudos de Ideologia e Luta de Classes/Museu Pedagógico/UESB – e pesquisador do NEILS (Grupo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais), da PUCSP. E-mail: joserubensmascarenhas@yahoo.com.br.



complexa a tentativa de uma construção consistente da definição. Um grande obstáculo de estabelecer uma teoria universal do terrorismo se dá pelo caráter subjetivo, pois cada pessoa tem formas distintas de compreender o medo, bem como, fundamentos psíquicos, culturais e ideológicos que influenciam diretamente na forma de perceber, conceber e operacionalizar tal fenômeno.

Em se tratando da contemporaneidade, após os atentados do World Trade Center podemos constatar que houve uma “globalização do terrorismo”, com os Estados Unidos outorgando a si mesmo o status de “polícia do mundo”. Todavia, nem mesmo o próprio aparato estatal dos EUA possui uma definição homogênea sobre o conceito do vocábulo, demonstrando claras divergências na forma de defini-lo. Segundo Bruce Hoffman (2009), o Departamento de Estado dos Estados Unidos

usa a definição de terrorismo contida no Título 22 do Código dos Estados Unidos, Seção 2656f (d): violência premeditada, politicamente motivada perpetrada contra alvos não-combatentes por grupos sub-nacionais ou agentes clandestinos [...] enquanto que o Federal Bureau of Investigation (FBI) define o terrorismo como: o uso ilegal da força ou violência contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, a população civil, ou qualquer segmento da mesma, em prol dos objetivos políticos ou sociais, e o Departamento de Defesa dos EUA define como: o uso ilegal de – ou ameaça do – uso da força ou violência contra pessoas ou propriedades para coagir ou intimidar governos ou sociedades, muitas vezes, para alcançar objetivos políticos, religiosos ou ideológicos.

Notamos que a falta de precisão na definição do terrorismo, por parte dos Estados Unidos, é parte de uma trama conceitual e metodológica, marcadamente ideológica. Na medida em que o significado da categoria fica a mercê de quem a define e a codifica/decodifica, brechas são abertas para a manipulação por parte do poder hegemônico, de acordo aos seus interesses estratégicos. Nesse sentido, há uma variação interpretativa da categoria terrorismo conforme a esfera operacional



de cada departamento, tendo em comum apenas o aspecto político – atributo decisivo, pois atribuidor de características ao fenômeno, fator essencial na legitimação das ações ditas contra-terroristas, possibilitando ao Estado estadunidense exercer uma violência sistemática, cuidadosamente planejada e estrategicamente calculada, contra alvos pré-estabelecidos.

As discordâncias conceituais também se estendem à esfera acadêmica, onde especialistas e estudiosos, há muito, não chegam a um consenso. Não é diferente no que tange ao senso comum, refém de informações fragmentadas e descontextualizadas que emanam, sobretudo, da *mass media* – que manipula o (s) significados dos pretensos “atos terroristas”. Nesse sentido, Hoffman (2009) tenta mediar as múltiplas definições apontando que

o que é chamado terrorismo [...] parece depender de um ponto de vista. O uso do termo implica um juízo moral, e se um partido com êxito pode anexar o rótulo *terrorista* ao seu adversário, então, indiretamente, convenceu os outros a adotar seu ponto de vista moral. Daí a decisão de chamar alguém ou alguma organização de *terrorista* torna-se quase inevitavelmente subjetivo, dependendo em grande parte se um simpatiza com ou se opõe à pessoa/grupo.

Avaliamos que a definição categórica de tal fenômeno, apesar de não possuir um significado isento de ideologia, sendo marcada historicamente por contrassensos, possui traços que devem ser destacados. As ações terroristas variam de acordo a intensidade – de grande ou pequeno porte –, podendo ser articuladas por grupos mais ou menos organizados, bem como complexas organizações políticas e/ou religiosas, chegando até o terrorismo de Estado. Desse ângulo, devemos distinguir suas peculiaridades: tático-logísticas, ideológicas, intencionais/planificadas. Para compreendê-las, implica traçar um percurso investigativo para identificar tendências, permanências e rupturas ao longo dos contextos históricos, prestando as devidas conexões. Nesse sentido, entender o medo sistemático aplicado como instrumento político requer uma análise que transcenda a superfície das informações fornecidas pela *mass media*, sendo



fundamental o exame do objeto em sua profundidade histórica, com diligência crítica na interpretação das fontes, buscando fundamentar os fatos sob um prisma que abranja e interrelacione as várias esferas do fenômeno.

Tal qual o terrorismo, inexistente consenso sobre a origem da expressão *narcoterrorismo*. Segundo Zeese (2009), o vocábulo foi utilizado pela primeira vez em 1983, pelo presidente peruano Fernando Belaúnde, referindo-se aos ataques sofrido por agentes do departamento de polícia antinarcóticos do Peru. Para o dossiê *narcoterrorismo* (2009), elaborado pelo Centro de Estudos Continentais sobre Segurança e Justiça da Argentina, em participação com a Revista *Safe World*, o “*narcoterrorismo*” fue un término acuñado por el embajador de los Estados Unidos en Colombia cuando el Palacio de Justicia de Bogotá fue tomado por miembros del grupo terrorista M-19”.

Apesar das divergências, observamos que a consolidação da expressão *narcoterrorismo* está engendradora na política de segurança estadunidense na década de 90. Pois, com o fim da Guerra Fria, a ameaça não era mais os comunistas e sim o narcotráfico. A guerra contra as drogas permitiu aos EUA, interferir em múltiplos países, facilitando assim seu posicionamento político-econômico e militar a nível global. Atualmente, tem sido empregado com referência aos grupos de cunho políticos, desde as FARC da Colômbia até os talibãs no Afeganistão, do mesmo modo que é aplicado à sangrenta disputa entre as facções de ‘narcotraficantes’ mexicanas. Nesse sentido, Steven Casteel (2009) afirma que

para a Drug Enforcement Administration (DEA), há uma diferença notável entre o narco-terrorismo e a violência do tráfico de drogas. Este último refere-se ao uso da violência motivada principalmente por razões financeiras, instituídos contra quem impede ou interfere nas atividades da organização criminosa de tráfico de drogas.

O dossiê *Narcoterrorismo* (2009) afirma existir uma “globalização” desse fenômeno:



ISSN: 2175-5493

## X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

[...] de acuerdo con James Hill, jefe del U.S. Southern Command en Miami, “el Narcoterrorismo en América Latina está impulsando grupos radicales islámicos como Hamas y Hezbollah. Estos grupos sacan provecho de los débiles controles fronterizos y la falta de autoridad estatal en ciertas áreas sin ley (lawless) para generar cientos de millones de dólares provenientes del tráfico de drogas y armas con narcoterroristas”.

Pelo prisma da realidade brasileira, definimos o *narcoterrorismo* como ações sistemáticas de violência, operacionalizadas por organizações criminosas de narcotraficantes que objetivam influenciar nas decisões políticas do Estado, se utilizando do medo como fator de controle. Notamos que no final do século XX – justamente o período de fundação e consolidação do PCC – o Brasil foi engendrado na conjuntura global do *narcoterrorismo*, com notórias intensificações deste *modus operandi* na aurora do século XXI. Nesse sentido, o dossiê (2009) evidencia que

en sus crónicas desde San Pablo, la corresponsal de Clarín, Eleonora Gosman, nos ilustra con sus análisis, veamos:

10 de mayo de 2003: “...el tráfico de drogas de los 70 mutó en los 90, cuando tomó cuerpo una nueva estructura mafiosa ...ocurrió en el momento que la distribución de narcóticos, en manos de pequeños “dealers” se unió al contrabando de armas; así surgió una nueva forma organizativa: los primeros distribuidores de “merca”, pasaron a formar ejércitos...”

20 de junio de 2007: “...el Dpto. de Justicia de EEUU identificó el origen de las armas, unas 3.000, encontradas en manos de bandas del narcotráfico de Brasil. Semejante arsenal bélico entre 1998 a 2003 fue adquirido legalmente en Florida, por brasileños residentes en Miami y posteriormente se introducía en Venezuela, Argentina y Paraguay; el 80% de esse armamento tenía como destino uso restringido, sólo para fuerzas armadas y de seguridad en EEUU.

Em nossa perspectiva, o PCC é uma facção que possui atributos narcoterroristas, mormente por seu caráter organizacional, que nas casas de detenções se fortaleceu com a união dos líderes do crime organizado, alicerçados



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

pelo tráfico de drogas – tendo o medo sistemático como arma política – culminando, posteriormente, em ações terroristas contra o Estado de São Paulo.

Entendemos que os métodos de violência utilizados de forma preestabelecida pela facção tinham como escopo a difusão de suas propostas a favor da parcela carcerária. Dessa forma, conquistaram adesões em massa dos presidiários, integrando os detentos em uma espécie de exército de militantes contra o sistema opressor do Estado. Por esse viés, os ataques além-cadeia, bem como a organização interna, tinham o objetivo de dar coesão ao grupo – é importante salientar que mesmo liberto, o membro do PCC era obrigado a seguir as *“Leis do Partido”*, em casos de desobediência a punição era executada pelo Tribunal do Tráfico, com penas que iam de tortura à morte.

Considerado o maior presídio da América Latina, o Carandiru, localizado na cidade de São Paulo, foi palco do lamentável episódio que desencadeou consequências gravíssimas ao sistema penitenciário paulista. O “Massacre do Carandiru” foi mais uma daquelas tristes provas históricas da ineficiência do Estado diante dos problemas sociais que assolam a sociedade contemporânea. O saldo após a intervenção policial, iniciada no Pavilhão 9, foi de 111 mortos – número controverso, segundo Biondi (2009, p. 45), pois os “presos que sobreviveram ao “Massacre” relatam um número bem maior de mortos, cujos corpos teriam sido retirados da instituição por caminhões destinados à coleta de lixo antes da contagem que determinou o número oficial”. A carnificina foi ordenada pelo então Governador de São Paulo Fleury Filho. Passada duas décadas, os réus ainda estão sendo julgados.

Objetivando maquiagem o colapso do sistema penitenciário paulista pós-Massacre, a Secretaria de Segurança Pública “resolve iniciar a desativação das carceragens das Cadeias Públicas e Distritos Policiais concomitantemente à construção de prisões no interior do Estado” (BIONDI, 2009 p. 46), organizando um remanejamento de presidiários para o interior do Estado, com o intuito de



camuflar o impacto visual que o crescimento carcerário podia causar. Esta circunstância foi o pano de fundo para a gênese do PCC.

Existem diversas versões para o surgimento do Primeiro Comando. Utilizaremos a versão mais difundida e consolidada no universo carcerário. A origem do PCC deu-se em 1993, por conta de uma partida de futebol entre o Comando da Capital e o Comando Caipira, no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, uma das mais rígidas instituições carcerárias do Brasil. O local era conhecido pela crueldade e a arbitrariedade no trato com os presos, sistematicamente espancados e expostos a toda sorte de maus tratos. Houve uma briga entre as equipes que acabou resultando no falecimento de dois integrantes do Comando Caipira. “Para se protegerem dos castigos de funcionários da instituição, geralmente na forma de espancamentos, firmaram um pacto no qual apunção de um dos integrantes do time do PCC enfrentaria a reação de todos os outros membros do time” (BIONDI, 2009, p. 48-49). Carlos Amorim (2004, p. 374) relata com riqueza de detalhes os passos desse surgimento:

na cela sempre escura da Casa de Custódia de Taubaté [interior de São Paulo], numa quinta-feira, os seis detentos ainda estavam com as camisas suadas. [...] O talento com a bola tinha rendido a eles fama e liderança na prisão. E também um nome para o time: “Comando da Capital”. Transferidos de São Paulo para o interior, foram desafiados pelo time local formado por presos da terra: “Os Caipiras”. Naquela noite, mais uma vitória.

Cesinha, franzino de olhos incrivelmente vivos, questiona os companheiros de penas:

- Nossa união e luta vai se resumir à vitória no futebol? Por que não aproveitamos esta força para lutar pelos nossos direitos? Até quando vamos ser tratados assim, sem respeito?

Geléia [José Márcio Felício], amigo de coração e de crime de Cesinha [César Augusto Roriz], acompanhou o discurso inflamado do outro e também falou naquela noite:

- Como vamos chamar esse novo “time”? – Primeiro Comando da Capital – batizou Cesinha, usando parte do nome do time que os consagrara na cadeia.



Depois da criação do *Partido*, a etapa seguinte foi colocar suas idéias em prática. As propostas sociais apresentadas pelos líderes do PCC foram redigidas em um estatuto – uma cópia era dada a cada novo integrante, que lia em voz alta, jurando obediência aos 16 itens contidos no documento – onde promulgava a intenção de se organizarem para militância contra os maus tratos que sofriam no sistema carcerário.

Com uma ideologia política que visava transformar a camada prisional, além de um caráter organizacional nunca visto antes na história do crime, o PCC rapidamente conquistou adesões dentro e fora dos cárceres. Para Biondi (2009, p. 49) “a criação do PCC é vista por muitos presos como o fim de um tempo no qual imperava uma guerra de todos contra todos, onde a ordem vigente era “cada um por si” e “o mais forte vence””. O apelo no discurso pregava, maiormente, a união e a solidariedade entre os detentos, à proibição de roubos e a violência sexual, práticas comuns naquele contexto. Segundo Dias (2011, p. 205), este posicionamento é explícito no item 8 do Estatuto do PCC: “Os integrantes do *Partido* têm que dar bom exemplo a serem seguidos e por isso o *Partido* não admite que haja assalto, estupro e extorsão dentro do sistema”.

Desse ângulo, a violência física, é gíde do *ethos* que regia as casas de detenções, foi instrumento crucial na expansão do PCC na sua fase inicial, na qual a facção passou a travar lutas constantes pelos territórios que almejava dominar, conforme seus membros se expandiam para novas casas prisionais.

Esta violência, contudo, para além de seu caráter instrumental, como meio de eliminação dos adversários e inimigos, era importante pelo seu aspecto simbólico, que reforçava o poder do PCC e era expressão do processo social de transformação que estava em andamento. A extrema violência e o simbolismo presente nas ações do PCC – inclusive na própria violência – caracterizam esta primeira etapa de seu processo de expansão (DIAS, 2011, p. 166).





Com a necessidade de erradicar a “velha estrutura” organizacional do sistema penitenciário, as vítimas preferenciais dos ataques eram 1) os condenados por estupro; 2) os presos que não aderiam à autoridade da facção, mormente, os assassinos de aluguel e justiceiros, qualificados como auxiliares da polícia; 3) os chamados *malandrões*, que se distinguiam pela força física e a imposição do medo aos demais detentos. As execuções desses adversários e também dos componentes dos grupos que transgrediam os princípios da facção eram realizadas de diversas formas, estando sujeito ao contexto em que a execução ocorria. Em determinados casos era essencial esperar o momento oportuno para se cometer o homicídio, efetuado com rapidez para evitar o flagrante – que, conseqüentemente, aumentaria o tempo de pena do homicida. Todavia, sempre que a situação era favorável, as execuções ordenadas continham símbolos que afirmavam o poder do *Partido* através do terror imposto pelos métodos de violência.

A decapitação era uma das marcas do PCC nas execuções dos rivais, especialmente quando se tratava de membros de outras organizações. No entanto, outras marcas simbólicas são registradas, como olhos arrancados (dos traidores), cadeado na boca (delatores), coração arrancado (inimigos). Quando se tratava de ex-membros que ocupavam postos mais altos na hierarquia do PCC, se a situação permitisse, o condenado poderia escolher a forma de ser assassinado: como *coisa* ou *verme* (a golpes de faca), ou como *homem honrado*, ocasião em que o chamado *kit força*, composto de lençol e banco para que se encarregasse da própria execução. Na maioria dos casos, quando se oferecia a possibilidade de escolha, essa era a opção preferida. (DIAS, 2011, p. 169)

A espetacularização da violência manifestada nas atrocidades cometidas pelo PCC desempenhou um papel preponderante na conquista e na manutenção do poder da organização sobre a massa carcerária, pois o medo causado pelo terror das execuções foi um indispensável fator de controle. Geralmente, os melhores momentos pra colocar em prática os métodos de violência eram nas rebeliões.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Nesse sentido, o final do século XX foi marcado por um aumento significativo desses motins no Estado de São Paulo – coincidência ou não, o mesmo período do surgimento e expansão do PCC. Por cada unidade prisional possuir características distintas, é crucial uma análise mais minuciosa para afirmar com certeza se o *Comando* foi responsável por todos os levantes. O que podemos constatar é que após o surgimento da organização as exigências para o fim das rebeliões mudaram. Dias (2011, p. 144), afirma que “uma das reivindicações mais constantes das rebeliões no período de maior instabilidade no sistema – 1994 a 2000 – era a transferência de presos para unidades determinadas por eles mesmos”. Quase sempre, tais exigências eram atendidas pela administração do presídio, esses pedidos objetivavam a expansão da política do PCC, na medida em que os detentos envolvidos nas rebeliões – membros do *Partido* – eram transferidos para outros presídios com a finalidade de conquistar mais territórios – tanto por meio da ideologia, fortemente politizada, quanto pela execução de opositores.

Os métodos de violência do PCC não se limitavam apenas ao universo carcerário. Pouco tempo depois do seu surgimento, a organização começou articular resgate de presos. As ações estrategicamente articuladas demandavam uma extensa logística. Podemos constatar o emprego de um poderoso aparato bélico, que superava com folga, o armamento dos responsáveis pela custódia dos encarcerados. Não só a sofisticação das armas era notória, mas a capacidade de planejamento e ousadia das investidas.

Enquanto isso, o Estado procurava camuflar a existência do PCC, desqualificando a organização, numa tentativa de minimizar o problema. Com relação a este fato Dias (2011, p. 144) ressalta que

apenas em 2001 a existência do PCC se torna pública e o processo social em andamento se evidencia, ainda que a existência de uma suposta organização de presos, responsável pelos motins e



rebeliões que explodiam com força cada vez maior, tenha sido mencionada já em meados da década de 1990.

Sendo assim, mesmo com as ocultações do Estado sobre a facção, é evidente que a violência sistemática foi o alicerce para expansão, controle e consolidação do Primeiro Comando da Capital. Seu alcance político, com forte apelo ideológico à camada carcerária abalizou o *modus operandi*, marcadamente narcoterrorista – financiando ações criminosas dentro e fora do contestado sistema carcerário paulista.

## CONCLUSÕES

Notamos que o diferencial do PCC está na sua gênese, marcadamente política, evidenciando-se como grupo organizado, nutrido pelo narcotráfico e com ações que visavam promover o terror sistemático contra a sociedade e o Estado de São Paulo com fito a reivindicações que tinha como escopo, *a priori*, a mudança do sistema prisional.

A complexidade por detrás dos fatos analisados também mostra-nos que a face violenta da criminalidade em São Paulo engendra, sobretudo, as táticas terroristas do narcotráfico, com o apoio do próprio aparelho repressor do Estado. É imprescindível apontar que a “banda podre” do aparato policial – civil e militar – juntamente com os agentes penitenciários corruptos, caminha lado a lado com a ascensão do PCC, seja pelo tráfico de influências, seja pelas facilitações em fugas, até o apoio logístico nas muitas rebeliões. Fato é que o PCC não fez tudo sozinho.

Constatamos uma latente intensificação dos métodos de violências, desde o surgimento do PCC até a caótica onda de violência que assolou a sociedade paulista em 2012. Esta guerra não declarada acabou se expandindo para uma considerável parte do território brasileiro, sobretudo, com o remanejamento de presos ligados ao PCC para outras regiões. Tal subversão é coordenada por agentes do terror que,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

numa relação conflituosa frente ao Estado, impõe um cenário de medo a todas as camadas sociais. E isto se deve, em grande medida, as péssimas condições do sistema penitenciário, relegado à marginalidade pelo Estado de São Paulo, maiormente, ao longo dos últimos 20 anos, dando sustentação à retórica pela qual o PCC se desenvolveu.

Fica a indagação: o PCC foi capaz de levar os presos que aderiram suas práticas à percepção da caótica situação social e histórica que suportaram todos aqueles anos, cercados por injustiças e formas variadas de opressão e terror? Ou o recrutamento as suas fileiras vieram, mormente, por medo das represálias do Tribunal do Tráfico, que punia – e ainda pune – todo aquele que descumpre os sagrados mandamentos da irmandade? Fato é que o PCC foi responsável pela simbiose entre o narcotráfico e o terrorismo no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, Carlos. *CV-PCC: A irmandade do crime*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: Imanência e transcendência no PCC*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- CASTEEL, Steven. *Drogas e Terrorismo uma mistura perigosa, informações oficiais do DEA ao Comitê Judiciário do Senado*. 2009. Disponível em: <[http://www.justice.gov/dea\\_old/pubs/cngrtest/ct052003.html](http://www.justice.gov/dea_old/pubs/cngrtest/ct052003.html)>. Acessado em 08 de Abril de 2013.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2011.
- Dossier elaborado por el Centro de Estudios Continentales sobre Seguridad y Justicia (Argentina) y la Revista virtual sobre Seguridad Internacional SAFE WORLD (España). *Narcoterrorismo*. 2009. Disponible em: <<http://cies.files.wordpress.com/2009/05/microsoft-word-Narcoterrorismo1.pdf>>. Acessado em 05 de Fevereiro de 2013.
- HOFFMAN, Bruce. *Definido o Terrorismo*. 2009. Disponible em: <<http://www.nytimes.com/books/first/h/hoffman-terrorism.html>>. Acessado em: 12 de Abril de 2013.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

VALBUENA ESTEBAN, Carlos. *Narcocorridos y Plan Colômbia*.in Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Setembro-Dezembro, vol. 10, nº 3, p. 13-37. Caracas, 2004.

ZEESE, Kevin. *Lições de História: algumas informações básicas sobre o Terrorismo narco-Financiado*.(2009).Disponível em:  
<<http://www.narcoterror.org/background.htm>>. Acessado em 10 de Abril de 2013.